



# Anais da Assembléia

N.104

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 24 DE SETEMBRO DE 1986.

ANO XII

## 4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA ATA DA 88.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 1986.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Ezequias Losso.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Edilson Alencar, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE

Requerimentos:

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE

URGÊNCIA ao Projeto de Lei n. 70/86, que denomina Rodovia "TILDO MAZZARINO" a estrada PR-182, trecho que liga Santa Izabel do Ivaí a Tapira.

Sala das Sessões, em 24/09/86.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, preferência de votação e dispensa da Redação Final, ao Projeto de Lei n. 203/86, de sua autoria, que dá nova redação ao inciso II do Título "Dos Distribuidores, da Tabela XVI (Atos dos Contadores, Partidores, Distribuidores e Depositários Públicos), conforme especifica.

Sala das Sessões, em 24/09/86.

(a) FUAD NACLI.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, com base no Regimento Interno, dispensa da Votação em Redação Final, para os projetos aprovados em 3.<sup>a</sup> Discussão e que não sofreram emendas nas suas tramitações. Sala das Sessões, em 24/09/86.

(a) ANIBAL KHURY.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado ao Excelentíssimo Senhor Vicente Okamoto, MD. Prefeito Municipal de Goioerê, voto de pesar pelo falecimento de seu pai, o Sr. Ishamo Okamoto.

Sala das Sessões, em 24.09.86.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

### JUSTIFICATIVA:

O Sr. Ishamo Okamoto fez parte dos pioneiros da progressista cidade de Goioerê. Seus filhos são pessoas reconhecidas no meio comercial e industrial da cidade e região, como pessoas dinâmicas e empreendedoras no desenvolvimento da cidade. O Sr. Ishamo Okamoto, falecido, foi um exemplo de honradez e trabalho para as futuras gerações, e seu nome fica para a posteridade porque, com humildade e sabedoria, soube contribuir com a cidade de Goioerê e o Estado do Paraná.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja declarado "persona non grata" ao Paraná, o Sr. Ronaldo Caiado, Presidente da União Democrática Ruralista.

Sala das Sessões, em 24.09.86.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

#### JUSTIFICATIVA:

Nesta sexta-feira, estará em Cambé o médico e pecuarista Ronaldo Caiado, para presidir uma reunião com a finalidade de organizar a famigerada UDR no norte do Paraná.

Além de ser um desrespeito às legítimas representações já existentes dos produtores rurais, a UDR trabalha contra os interesses da sociedade ao posicionar-se contra a reforma agrária e contra o congelamento de preços determinado pelo Plano Cruzado. É evidente o envolvimento da UDR no atual boicote à carne.

O progressista município de Cambé não merece ir para o noticiário nacional como sede de tão macabra reunião. O Prefeito Luiz Carlos Hauly deve, em nossa opinião, decretar luto oficial no município, na próxima sexta-feira.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente a Excelentíssima Senhora Susana Maria Munhoz da Rocha Guimarães, MD. Secretária de Estado da Cultura e do Esporte, solicitando uma fanfarra para Colégio Estadual "José Alfredo de Almeida", do município de Mariluz.

Sala das Sessões, em 24/09/86.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

A fanfarra do referido colégio está sendo montada com o esforço de estudantes e professores. Entretanto, para completar a fanfarra, o Colégio necessita de dez surdos, oito fuzileiros e dez cornetas.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente do BANESTADO - Banco do Estado do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, avaliação quanto às reais possibilidades de se implantar posto avançado no distrito administrativo de Farol, pertencente à municipalidade de Campo Mourão.

Farol, destacado distrito administra-

tivo mourãoense, concentra grande número de famílias, a maioria mantendo atividades agrícolas ou comerciais, setores responsáveis pelo crescimento da referida localidade que, mesmo vivendo um processo desenvolvimentista particularmente importante, não conta, por outro lado, com determinadas infra-estruturas. Dentre elas, uma representação bancária para realizar operações financeiras que precisam seus moradores.

Torna-se perfeitamente dispensável ter comentários no que tange às vantagens provenientes de um posto avançado, proporcionando sobretudo mais bem-estar social, cabendo lembrar que o Distrito Administrativo apresenta condições capazes de justificar a concretização do que alude este requerimento.

Sala das Sessões, em 24.09.86.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação dirigido ao Ilustríssimo Senhor Presidente da TELEPAR - Telecomunicações do Paraná, encarecendo a implantação de um posto telefônico em Melão, localidade pertencente à municipalidade de Araruna.

A Administração Municipal tem procurado não apenas e tão somente conhecer quais são as reivindicações da comunidade, mas procurar, junto com ela, as soluções possíveis. Neste sentido, atendendo apelo feito pelo Excelentíssimo Senhor Osvaldo Valarini, há a real necessidade de se implantar, na localidade de Melão, um posto de telefonia, tendo em vista que tal medida, quando adotada, permitirá eliminar uma série de transtornos no setor de comunicação.

A solicitação feita pelo Prefeito Osvaldo Valarini é perfeitamente justa, esperando que a TELEPAR dê o apoio desejado.

Sala das Sessões, em 24/09/86.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER à Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, o envio de correspondência, no sentido do aumento da cota de medicamentos para o posto existente no distrito administrativo de Vila Yolanda, pertencente à municipalidade de Ubiratã.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

Curitiba, quarta, em 24.09.86

REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, envio de correspondência no sentido de aumento da cota de medicamentos para o posto existente no distrito administrativo de Vila Yolanda, pertencente à municipalidade de Ubiratã.

O Ilustríssimo Senhor Carlos Fiuza, antigo morador daquele progressista Distrito, afirma que o posto de saúde de Vila Yolanda não tem podido atender toda a população. Tal situação decorre exatamente pela falta de medicamentos, motivo que tem até mesmo criado alguns transtornos, pois as pessoas ficam sem assistência adequada.

Neste sentido, espera-se, por parte dessa Pasta, a tomada de providências visando destinar maior cota de medicamentos para o setor, conforme desejo da comunidade.

Sala das Sessões, em 24.09.86

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da SUREHMA - Superintendência de Recursos Hídricos e Meio-Ambiente, através do Senhor Secretário de Estado do Interior, no sentido de reiterar o pedido de perfuração de poço artesiano no distrito administrativo de Corumbataí do Sul, pertencente à municipalidade de Barbosa Ferraz.

Tal solicitação, feita exatamente no dia 2 de dezembro do ano passado, é novamente realizada em nome do Comitê Pró-Criação do município de Corumbataí do Sul, através de seu Presidente, Ilustríssimo Senhor Jair Cândido de Almeida, tendo em vista que os problemas continuam, e a necessidade da perfuração de um poço artesiano na referida localidade aumenta a cada dia.

Seguramente, por se tratar de uma justa aspiração do povo trabalhador de Corumbataí do Sul, onde muitas famílias desejam ter abastecimento de água em suas residências, aguarda-se da SUREHMA e dessa Pasta a atenção esperada.

Sala das Sessões, em 23/09/86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, Senador Jorge Bornhausen, propondo a criação de uma Escola Técnica Federal - com estrutura similar à do Centro Federal de Educação Tecnológica de

Curitiba, na cidade paranaense de União da Vitória, para servir também à vizinha região de Porto União, em Santa Catarina.

Sala das Sessões, em 24/09/86.

(a) ANIBAL KHURY.

#### JUSTIFICATIVA:

É notório que o desenvolvimento econômico das nações tem por fundamento a capacitação técnica de seus habitantes. Exemplo disto é a Inglaterra, onde a formação profissional de seu povo contribuiu decisivamente para a consolidação da vitoriosa revolução industrial que ali se operou nos meados do século dezoito.

Inegável também é que o milagre da reconstrução econômica da Alemanha após a última grande guerra, deveu-se, sobretudo, à qualificação profissional de seu povo. Em recente solenidade pública transmitida à Nação, o Presidente José Sarney anunciou a intenção de construir, durante o seu governo, duzentas escolas técnicas federais.

É imperativo elogiar a medida presidencial, dada à sabedoria que a envolve, pois, na educação do jovem repousa a esperança da grandeza da Pátria.

Neste sentido, encaminhamos o presente requerimento à Sua Excelência, o Ministro da Educação Jorge Bornhausen, objetivando a instalação de unidade escolar destinada à formação profissional de técnicos na cidade de União da Vitória, escola esta, aos moldes do Centro Federal Tecnológico instalado nesta Capital.

As razões de nosso pedido, passaremos a expor.

Dentre as inúmeras regiões de nosso Estado, naturalmente destaca-se a cidade de União da Vitória em razão de ser ela o centro regional do Sudeste paranaense, por ser ela o centro de convergência espontânea das populações vizinhas. Aliada a esta situação, destaca-se, também, a sua situação fronteiriça ao vizinho Estado de Santa Catarina, denotando-se de imediato a importância da instalação de tal escola nesta cidade, dado ao fato de, também atender as populações situadas nas cidades catarinenses vizinhas.

De maneira que esta iniciativa do Governo Federal em situar União da Vitória uma unidade de ensino profissional, traria inegáveis benefícios a todas as populações residentes na região, sejam elas habitantes do Paraná ou do Estado de Santa Catarina que, naturalmente, será beneficiado se a presente medida agora solicitada prosperar.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvir o Plenário, o envio de

expediente à Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitando a criação de Ensino de 2. Grau para o Distrito de Moreninha, no Município de Santa Helena.

Sala das Sessões, em 24.09.96.

(a) GERNOTE KIRINUS

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Professora Gilda Poli Rocha Loures, MD. Secretária de Estado da Educação, solicitando a criação de Ensino de 2. Grau, para o Distrito de São Clemente, no Município de Santa Helena.

Sala das Sessões, em 24.09.86.

(a) GERNOTE KIRINUS

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 221/86  
A Assembléia Legislativa do  
do Estado do Paraná.

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a CÁRITAS DIOCESANA DE FOZ DO IGUAÇU, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu, Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.09.86.

(a) SÉRGIO SPADA

#### JUSTIFICATIVA:

A Cáritas Diocesana de Foz do Iguaçu, fundada a 11 de novembro de 1981, desenvolve naquele município e região intensa atividade assistencial.

Sua contribuição social é largamente reconhecida pela comunidade. A Lei Municipal n. 1.126, de 27 de agosto de 1982, ao declará-la de utilidade pública, demonstrou, de forma clara e inequívoca, o conceito e o respeito devotado por Foz do Iguaçu ao trabalho assistencial dessa entidade.

Neste sentido, entendendo a importância da medida para o desenvolvimento das atividades da entidade, apresentamos o presente projeto de lei.

Confiamos contar com o decidido e indispensável apoio dos nobres pares.

PROJETO DE LEI N. 222/86  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de cidadão honorário do Paraná ao jornalista Walmor Macarini.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor

na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.09.86.

(a) ANTÔNIO BELINATI

#### JUSTIFICATIVA:

Walmor Macarini nasceu em Meleiro, Santa Catarina, aos 28 dias do mês de dezembro de 1936. Mora em Londrina desde o dia 18 de agosto de 1955. Começou, garoto, ainda, a trabalhar como office-boy no Jornal "Folha de Londrina". Chegou a redator-chefe e hoje é um dos proprietários desse Jornal, um dos maiores instrumentos de comunicação da imprensa Oficial. Como responsável pelo jornal, tem liderado notáveis campanhas em favor do Paraná, alcançando resultados extraordinários.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Antônio Belinati, inscrito.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Recebo sobre o movimento grevista dos professores alguns manuscritos, aqui.

Você sabe porque os professores estão em greve?

Porque são responsáveis, são intelectuais, pesquisadores, estudam e assumem o que fazem. Não são de usar os sentimentos e a individualidade dos seres humildes. São, antes de tudo, o grande arquiteto desta Nação e deste Paraná.

Não haverá normativas com pendências de documentação, por que? Você sabe que o chamamento de concurso é de 5.ª a 8.ª séries, quanto a você aluno de terceiro ano, para mais um falso e irresponsável ato, quer dizer, são manuscritos falando a respeito dos professores que continuam neste movimento grevista, que nós poderíamos extravar desta Tribuna tudo aquilo que se pensa a respeito da greve dos professores, e lamentamos, Senhor Presidente, que até agora o Governador do Paraná, não tenha tido a sensibilidade suficiente para atender a este clamor e a esta reivindicação dos nossos mestres do Paraná.

Dar um aumento, um piso de 2.5 é quase como que dar uma esmola que o professor não está pedindo, o professor quer ter um salário digno, um salário condizente com suas reais necessidades, para que o professor não tenha que se individuar em banco, não tenha que comprar um televisor, uma geladeira, um sofá para sua casa no crediário, para que o professor não tenha que recorrer à financeiras e até agiotas, esquentando a cabeça com a parte monetária, ele acaba até não produzindo tudo o que gostaria e tudo que seria capaz de produzir numa sala de aula, porque, muitas vezes, o professor já sai de casa aborreci-

do e nervoso, com os encargos, com a falta de dinheiro para suprir as suas dívidas. Por isso, Senhor Presidente, é justo que o professor receba um salário adequado e nós estamos vendo no Diário Oficial, um aumento dado pelo Senhor Governador, em que os artigos 95 e 96, da Lei n. 7.051 - passa a vigorar com a seguinte redação: "Prêmio de produtividade não poderá ultrapassar o valor correspondente a duzentas quotas". Bem resumido, o pessoal da Receita do Estado, está aqui no Diário Oficial, em 1.º de agosto de 1986, tiveram, na verdade, mesmo que com outras palavras, um aumento de cem por cento, tiveram o salário dobrado, isto dia, 1.º de agosto deste ano.

A imprensa está denunciando que os funcionários do Palácio Iguazu foram premiados com um polpudo aumento. O Palácio está explicando que não é um aumento, mas, a verdade é que o salário, não importa a palavra, é que no fim do mês os assessores do Governador vão receber mais do que o dobro do que ganhavam; não importa com que palavra, com que denominação, está aqui o Diário Oficial em minhas mãos. Por isso, Senhor Presidente, nós estamos na Tribuna, para apelar de novo ao Governador, não adianta demitir Chefes de Núcleo, Inspetora de Ensino, usar o poder de coação, que se condenou tanto no Governo da Ditadura Militar, no Governo do arbítrio. É mais fácil o Governador usar o diálogo mandar, uma lei para esta Casa, dando um piso de cinco salários-mínimos.

Eu quero, inclusive, Senhor Presidente, afirmar e antecipar aos Senhores Deputados, que o Governador mandou a mensagem dando um aumento de 2.5. Eu gostaria que todos os Senhores Deputados provem que estão a favor dos professores, porque eu vou apresentar uma emenda dando um piso de cinco salários e eu acho que é a melhor maneira do Deputado provar e mostrar que está ao lado e a favor dos professores. É esta a nossa posição.

Muito Obrigado. (Sem revisão do orador)  
(Palmas nas galerias).

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Esta Mesa pede a compreensão dos expectadores que estão nas galerias, que podem assistir a sessão, tranqüilamente. É com imenso prazer que os acolhemos aqui, de acordo com o Regimento Interno da Casa, as manifestações de aplauso ao público são proibidas.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Pretendo, neste horário do Grande Expediente, demonstrar de que a solução para o impasse existente no Estado do Paraná,

na área da Educação, passa, também, pela Assembléia Legislativa, na medida em que os Senhores Deputados encontrem a forma correta, dentro das suas atribuições, de contribuir para esta solução.

E já, em primeira mão, denuncio de que não será com posicionamentos eleitoreiros, demagógicos, como o que acabamos de ouvir, quando, apontando uma emenda já de antemão sabida - e o magistério paranaense também o sabe - porque recentemente houve o episódio semelhante de emenda constitucional, que não terá a menor validade.

A conquista dos cinco salários-mínimos como piso, bem como das outras reivindicações justas que o magistério paranaense apresenta, necessariamente dependerá da capacidade de organização e mobilização dos professores, e da participação dos Senhores Deputados, comprometidos com a melhoria da educação no Estado, encontrando a forma correta de contribuir nesse processo e nesse impasse.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, na última sexta-feira, condição de Líder da Bancada - do Partido Comunista Brasileiro, a correspondência da Associação dos Professores do Paraná, sobre os fatos que já conhecíamos e debatíamos, não só pelo noticiário da imprensa, como pela convivência com os professores na região Norte.

Imediatamente, a nossa atitude foi, em primeiro lugar, remeter ao Senhor Governador do Estado um telex nos seguintes termos: (Lê):

"É preciso resolver o atual impasse no setor educacional paranaense, adotando soluções imediatas para a volta à normalidade das aulas. As reivindicações dos professores são justas. Portanto, merecem atenção especial do Governo de Vossa Excelência. O diálogo franco e aberto que é melhor que a força; a história recente do nosso País é prova concreta disto. Vivemos novos tempos; a população merece, mais do que demonstração de poder, de tranqüilidade. A educação no Estado não pode parar e os professores devem ser tratados na mesma medida da importância histórica que a profissão lhes confere. O entendimento é possível e coerente com os compromissos que sempre assumimos de forma clara.

Peço a Vossa Excelência que receba as legítimas lideranças dos professores, visando solucionar a questão. É nisso em que acredito".

Isso, ainda na sexta-feira! Na mesma sexta-feira da semana passada, solicitamos, através de correspondência que, na segunda-feira, chegou às mãos do nobre Deputado Adhail Sprenger Passos, Presidente da Comissão de Educação, uma reunião extraordinária da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa, que recebemos on-

tem a comunicação, na medida em que não fazemos mais parte dessa Comissão, mas, como Deputados, a sugerimos, e recebemos a comunicação de que está convocada para hoje, às 11:00 horas, na Sala de Reunião deste Poder, esta reunião extraordinária.

Daquele dia para cá, fatos novos ocorreram e fatos novos que ao contrário de apontar uma perspectiva de solução, só agravaram o impasse e ampliaram o fosso entre o movimento reivindicatório dos professores e as decisões do Governo: a exoneração descabida da Chefe do Núcleo Regional do Ensino de Londrina, por decreto, assinado, na sexta-feira, mas, somente comunicado por Diário Oficial nesta semana que gerou a demissão voluntária de todos os integrantes da equipe que participava nestes três anos, na tentativa de reconstruir um modelo de educação, na tentativa de moralizar a educação, e nisso nós somos prova, como Deputado do Norte do Estado que, Deputado, hoje na região do 4.º Núcleo não mais nomeia professor, transfere diretor, nomeia zeladora, transfere zeladora. De fato, na região do Norte do Estado, pelo menos, na gestão do Núcleo Regional de Ensino, as perspectivas de uma educação mais fiel aos compromissos da proposta original do atual Governo, vinham sendo cumpridas.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, a nossa intenção ao apontar para a necessidade da reunião extraordinária da Comissão de Educação que se realiza daqui a alguns instantes, se prende a uma avaliação política que nós, Deputados, tanto quanto professores e Governo, temos a obrigação de realizar, não só nos momentos de crise, mas, em todos os momentos de nossa vida política, e a avaliação que nós, do Partido Comunista Brasileiro, fazemos, neste momento, é de que se houver disposição para o entendimento, e nisso, talvez a Comissão de Educação seja, no momento, um dos únicos canais possíveis de viabilizar este entendimento, na medida em que os professores, a liderança do movimento, autorize um posicionamento que esta Comissão venha a tomar, de realizar a mediação, buscando, diante das reivindicações que já são históricas, são de longa data, perante as argumentações que o Governo já colocou, procurar encontrar o entendimento possível, com vistas ao retorno das aulas no mais breve prazo, sendo este o interesse, não há dúvida alguma de toda a sociedade paranaense, incluída nela a classe dos professores. Não cabem as acusações de forças políticas interessadas eleitoralmente, em explorar o movimento. Esta argumentação, ou esta avaliação reflete um afastamento de toda a realidade dos professores e do seu movimento. Não detectamos, em nenhuma das reuniões que partici-

pamos, nenhum interesse predominante de que haja qualquer força política partidária interessada em prolongar o impasse, em atritar esse fosso que se criou.

Portanto, partindo do pressuposto de que há um interesse concreto de todos, na solução, o mais rápido possível, este entendimento possa, na minha forma de ver, para que, menos do que emendas de Plenário e projetos de lei que venham, que sabemos, são todos inconstitucionais, cabe sim, procurar pela Comissão de Educação convencer o Governo do Estado para alterar a redação do projeto, se for o caso. Cabe sim, então, procurar fazer valer o peso político da representação parlamentar, junto ao Governo do Estado, tentando conquistar, junto aos professores, o retorno à normalidade, dentro do atendimento, senão a todas as reivindicações, àquelas que sejam consideradas insuficientes, e num processo de acumulação de conquistas, possíveis no momento, pelo conjunto do movimento dos professores. A nossa interpretação e avaliação política, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é de que a nossa Comissão de Educação e a Assembléia contribuam para resgatar o descrédito, a desconfiança, que todos hoje têm em relação aos políticos, aos partidos, e a própria política.

Atuando decisivamente na solução desse impasse nos veremos na contingência de ver arrastado o movimento, podendo resultar em situações que não interessam àquelas consciências que têm interesses no fortalecimento da sociedade paranaense. Não interessa ter como resultado final desse movimento, uma categoria de professores desmotivada, desmobilizada, derrotada, enfim.

Não vejo, inclusive, que esta seja a perspectiva, a da derrota, porque eles têm demonstrado unidade, têm demonstrado capacidade de luta e de negociação. A nossa solicitação perante a Comissão de Educação, será, na reunião daqui alguns minutos, de que o Governo revogue o Decreto que exonerou a chefe do Núcleo Regional de Londrina que, inclusive, assumiu aquela posição, não por indicação de Deputado "A" ou "B", mas com apoio político de todos os Deputados da região, na época do PMDB, de toda a Câmara de Vereadores, de todos os diretórios do PMDB, na época, quando eu era, inclusive o Presidente, - lembro-me muito bem disso - e, por indicação, com apoio destes setores políticos, mas sim, por indicação dos professores da região.

Por isto, que a sua atitude foi coerente ao não concordar com a decisão da Secretaria de Recadastramento, e julgar que esta medida não contribuía para a solução do impasse, como está provado que não contribuiu, porque o recadastramento foi um tiro n'água, não serve para, nem sequer para cumprir com o seu objetivo,



Curitiba, quarta, em 24.09.86

declarado que seria o de suprir as aulas em falta pela ausência dos professores, e que, portanto, a revogação desse Decreto, como foi assumido pelos professores do Norte do Paraná, reunidos ontem, na APP em Londrina, e que, além das reivindicações já explicitadas que agora passa a ser a revogação e o retorno da professora Jovita à chefia do 4.º Núcleo, como reivindicação dos professores do Norte do Paraná.

Cedo a solicitação do aparte, para continuar em seguida fazendo uso da palavra, concedo o aparte ao Deputado Basílio Zanusso.

O Sr. Basílio Zanusso - Prezado Deputado Márcio Almeida. Desejo congratular-me com Vossa Excelência e cumprimentar-lhe pela sugestão feliz que fez ao Deputado Adhail Sprenger Passos, para convocar uma reunião da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, a fim de procurar intermediar, colaborar, no sentido de uma solução entre Governo do Estado e o magistério paranaense.

Eu queria dizer a Vossa Excelência que, se Vossa Excelência referindo-se às palavras do Deputado Antônio Belinati, que as tachou de eleitoreiras, apenas para dizer que o Deputado Antônio Belinati, no uso das atribuições, e como representante de uma Bancada de Oposição, é o seu papel advogar a mais, em favor do que se reivindica.

Quanto à inconstitucionalidade, esta Casa tem votado inúmeras vezes projetos, emendas, inconstitucionais sob todos os aspectos. Tem votado e, inclusive o ex-Governador José Richa sancionou.

Portanto, se esta Casa aqui entender sob o aspecto discutível, o aspecto constitucional, também o Deputado Antônio Belinati está autorizado por fatos acontecidos, por ser quase tradição, a também dizer que apresentará emenda neste sentido.

Para dizer a Vossa Excelência da importância também da Educação e que não era necessário, recentemente numa reunião que participei no Município de Altônia, com uma comissão de professores, religiosos, falando sobre Constituinte, o que se percebeu naquela reunião, ao se concluir, é de que esses problemas todos nacionais, saúde, educação, condição de vida, tudo, enfim o caminho, a solução será o quê? A preparação melhor do brasileiro através da educação, da instrução. Daí, eu concordar com Vossa Excelência, estar ao seu lado e no movimento que faz o magistério do Paraná, procurando não só uma melhor remuneração, uma remuneração mais digna e condigna, mas, também, com as outras condições tantas para o melhor preparo do povo brasileiro e paranaense consequentemente.

te.

E concluindo, Senhor Deputado Márcio Almeida, que sempre esteve ao lado daqueles que reivindicam - e eu sou testemunha disso -, para dizer que há um compromisso antigo. Vossa Excelência está no primeiro mandato, essa é a sua primeira legislatura, mas os seus colegas de legislaturas anteriores, o PMDB sempre pregou isso: melhor condição de vida, melhor remuneração ao funcionário público, e, aí, inclusive o ex-Governador José Richa no Senado quando ele disse - e está gravado nos Anais do Senado da República - que ele era, naquela ocasião há tanto tempo, por um piso salarial de no mínimo três salários.

Quer dizer, para me congratular com Vossa Excelência, eu acho que esta reunião que teremos logo mais convocada pelo ilustre Deputado Adhail Sprenger Passos, Presidente da Comissão, sugerida por Vossa Excelência, estarei lá, e digo que esta Casa precisa realmente nesta solidariedade estender as mãos e procurar uma solução da forma que Vossa Excelência colocou.

Muito obrigado.

O Sr. Adhail Sprenger Passos - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Eu agradeço o aparte, nobre Deputado Adhail Sprenger Passos, o Deputado Odeni Mongruel o solicitou.

Todos nós aqui, pressupomos que estamos presentes e atuantes no sentido de acompanhar o dia-a-dia da vida social, econômica e política do Paraná, inclusive com a preparação de encontrar os instrumentos com que nós, representação parlamentar, possamos interferir neste processo de conflito permanente que existe num regime que se abre para a democracia. E o conflito entre o capital e o trabalho é um conflito que nos modelos de capitalismo não há como deixar de entender que ele não existe.

Esses instrumentos que nós devemos encontrar é que acontecem as diferenças de entendimento, as divergências entre os Deputados dos vários partidos e mesmo, às vezes, do mesmo partido nesta Casa.

Eu insisto: Creio que jogar a expectativa dos professores do Estado na possibilidade de uma emenda vitoriosa neste plenário, que além de de ter uma tramitação demorada, que poderia ter a sua votação na próxima semana, com o risco sério pelo fato, inclusive de, no primeiro semestre deste ano, termos tido o episódio nesta mesma área da educação, nesta mesma condição de emenda de Plenário que acabou não tendo o sucesso. Não é a melhor forma de contribuir para a sua solução. Eu acho que o Estado do Paraná, com a educação parali-

zada, é uma situação tão importante quanto à questão da reforma agrária. Se a questão da reforma agrária passa por decisões, o acampamento que está ali, há mais de mês, não tem a sua solução porque tem as suas dependências em decisões ministeriais do Governo Federal; não é o mesmo que ocorre na área da educação. Parecem-me situações tão graves que justificaria o Senhor Governador do Estado a criar exceção na sua agenda e receber, imediatamente, uma comissão de negociação de diversos Deputados presentes, participando dessa mediação, para solucionar, para realizar um entendimento ainda nessa semana. Não há como justificar a sua protelação. Eu acho, portanto, que entre as proposições apresentadas aqui na Casa até o momento, de solução afora os discursos e os pronunciamentos de solidariedade e de compromisso, que eu acho que são todos eles válidos, porque vigoram e mantêm ajuda da unidade do movimento e tudo mais; eu acho que é encontrar a forma, e continuo preferindo que a forma de emenda de Plenário que tem um sério risco de não ter sucesso, é da Comissão de Educação trabalhar nessa questão.

Passo a palavra ao Deputado Odeni Mongruel que a solicitou e depois ao Deputado Adhail Sprenger Passos.

O Sr. Odeni Mongruel - Agradeço a Vossa Excelência e agradeço para enaltecer a sua atitude em solicitar, por requerimento, a convocação em caráter extraordinário da Comissão de Educação deste Poder, para que, esta Comissão, que se identifica com a classe do Magistério, porque a atribuição da Comissão é tratar de coisas pertinentes à educação em nosso Estado, possa entre os pares que a integram, tomar conhecimento efetivo dessa situação, trocar idéias e buscar a solução. Eu também, destaco a atitude de Vossa Excelência que vai à tribuna e procura trazer uma solução para o impasse. Acrescentaria que, como Vossa Excelência disse, numa sociedade como a nossa as relações de capital e trabalho são extremamente conflitantes. Esse conflito eu não só vejo como natural, como eu acho até saudável. Agora, o nosso papel como Deputados que somos, bem como as lideranças políticas, é estarmos justamente no sentido de evitar que esses conflitos se estendam, se prolonguem no tempo e acabem se transformando em confronto. E é preciso, num momento como este, em que o conflito começa a ganhar essas conotações de confronto, que tenhamos humildade, resignação, bom senso e responsabilidade, no sentido de encontrarmos a fórmula, de encontrarmos o caminho para obtermos o resultado desejado.

E eu não vejo outra forma, Deputado Márcio Almeida, que não esta que Vossa Ex-

celência provoca, com o seu requerimento, ao eminente Deputado Adhail Sprenger Passos - Presidente da referida Comissão, para que esta Comissão se disponha a intermediar a questão. Mas, para que ela intermedie esta questão, ela precisa ter, da parte do professorado, poderes para isto. E precisa ter da parte do Poder Executivo, aceitação ao trabalho de intermediação. Se nós vamos alcançar um bom resultado, somente Deus sabe. Nós cumprimos com esse expediente que Vossa Excelência colocou, o nosso papel. Sairemos deste Plenário e vamos para uma reunião em que os Pares que integram a Comissão de Educação, buscarão encontrar meios, para em contato com as partes conflitantes, alcançarmos o resultado que se espera.

É indiscutível que esse movimento dos professores nasce de um anseio e de um apelo legítimos. É preciso que se compense, quanto mais neste momento político da vida nacional, em que a sociedade civil passará a decidir o seu próprio destino, que a eduquemos melhor, que façamos a nossa parte contribuindo para que essa mesma sociedade se desenvolva, defina os seus valores, saiba o que deseja para si e saiba estabelecer os seus caminhos. E eu não vejo outra forma e outro caminho que não através da educação. Falo como Deputado e como educador que sou.

É preciso, portanto, neste momento histórico, que nós, homens públicos, saibamos nos comportar, segundo as exigências dessa época, com a experiência do passado e com o futuro que desejamos, a fim de que os senhores professores tenham, neste momento, em que paralisam as atividades, a justificativa de o porquê que assim procederam. Nos mesmos moldes, o Poder Executivo que, reveja as suas finanças, que reveja, se for o caso, as suas prioridades, a fim de que alcancemos juntos professores e Poder Executivo, o meio termo que enseje a justificativa de tanto sacrifício.

Meus parabéns, Senhor Deputado, e prezo os céus para que logo mais tenhamos luz suficiente, sejamos iluminados para que possamos então, encontrar a solução para este caso.

Muito obrigado.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Eu agradeço Deputado Odeni Mongruel o seu pronunciamento, e tenho certeza que a sua participação na comissão de Educação, como em episódios anteriores, muito contribuirá para que ela encontre o caminho correto para a sua solução.

O Sr. Adhail Sprenger Passos - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Márcio Almeida, eu queria pa-



Curitiba, quarta, em 24.09.86

parabenizá-lo não só pela iniciativa de encaminhar a Comissão de Educação que preside nesta Casa, como também uma solicitação de uma reunião para discutir o problema dos professores que estão em greve.

Mas, eu quero parabenizá-lo mais pelo pronunciamento que Vossa Excelência está a fazer. É o pronunciamento do Deputado consciente, que raciocina e que age para construir e age de forma, portanto, adequada a um comportamento de um Deputado.

O que me repugna e o magistério do Paraná sabe da minha posição inteiramente favorável a todas as reivindicações; o magistério do Paraná sabe a minha posição também ao que se refere ao direito de greve; sabe, no entanto, que devemos conduzir de forma que Vossa Excelência está a demonstrar.

Eu já tive oportunidade de conversar com alguns Deputados e quando recebi a solicitação de Vossa Excelência, tive o cuidado de conversar com alguns Deputados da Comissão de Educação onde já expus aquilo que eu penso que nós podemos adotar na Comissão de Educação para poder resolver o impasse. Este está na impossibilidade que está havendo até este momento do diálogo. Diálogo entre o Governo do Estado e o magistério. Este é o impasse que eu tenho certeza que o magistério, dialogando com o Governo do Estado há de encontrar uma solução para o problema com o atendimento de algumas ou de muitas ou de todas as reivindicações. Temos que dialogar, e não aceito o comportamento de muita gente extremamente demagógico, extremamente eleitoreira e contrariando, inclusive preceitos que não podem ser ignorados, principalmente, por Deputados.

Eu quero, em todo caso, neste aparte, apenas me restringir e parabenizá-lo pelo pronunciamento coerente, tranqüilo de Vossa Excelência que está nos ajudando a resolver o impasse.

Este impasse que afeta de maneira extraordinária a comunidade educacional do Estado, a família, o educando paranaense precisamos encontrar uma solução, não é com medidas demagógicas eleitoreiras que nós vamos encontrar. Porque, acima de tudo, como professor, revolta-me o fato de quererem fazer com que o professor seja um objeto, usando de demagogia e só discursando, discursando sem propor uma medida saudável para encaminhar a solução de problema. Revolta-me, querendo usar o professor, como se pudesse usá-lo apresentando emendas demagógicas nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De minha parte, eu abdicó dos três minutos em favor do não prolongamento da

sessão para que a Comissão se reúna o mais, breve possível.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Encerrado o Pequeno e o Grande Expedientes, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto o PCB, se fará uso do seu horário. (Declina).

Havendo declinado, consulto o PDS. (Declina).

Havendo declinado, consulto o PL. (Declina).

Havendo declinado, consulto o PMDB. (Declina).

Havendo declinado, consulto o PFL. (Declina).

Havendo declinado, consulto o PDT. (Declina).

Havendo declinado, consulto o PTB. (Declina).

Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação e dispensa de Redação Final, ao Projeto de Lei n. 203/86, de sua autoria, que dá nova redação ao inciso II, do Título "Dos Distribuidores, da Tabela XVI (Atos dos Contadores, Partidores, Distribuidores e Depositários Públicos), conforme especifica. - Aprovado.

De conformidade com o requerimento de Preferência de Votação acima aprovado:

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 203/86, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que dá nova redação ao inciso II do Título DOS DISTRIBUIDORES, da Tabela XVI (Atos dos Contadores, Partidores, Distribuidores e Depositários Públicos), constante do Anexo da Lei n. 6149, de 09 de setembro de 1970, conforme especifica. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Em Regime de Urgência.

Sobre o referido projeto, emenda de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, devidamente apoiada, nos

seguintes termos:

✓ PROJETO DE LEI N. 203/86.

EMENDA DE PLENÁRIO

Acrescente-se onde couber, o seguinte artigo:

"Art. - O Art. 29 da Lei n. 7567/82, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 29 - A soma dos valores correspondentes às aposentadorias e pensões complementares, não poderá exceder ao equivalente a 80% (oitenta por cento) da receita líquida da Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário".

Sala das Sessões, em 24.09.86.

(a) GILBERTO CARVALHO.

Apoiamento:

BÁSILIO ZANUSSO  
MÁRCIO ALMEIDA  
EDILSON ALENCAR  
PÉRICLES PACHECO  
ODENI MONGRUEL

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que os serventúrios da Justiça foram reenquadrados em níveis, cujos proventos de inatividade são fixados por lei, descabido é o limite estabelecido pelo artigo, cuja redação ora se propõe seja modificada.

Entretanto, ficando estabelecido que as complementações pagas a inativos e pensionistas não podem ultrapassar ao equivalente a 80% (oitenta por cento) da receita líquida da Carteira, assegura-se a estabilidade permanente da CPC e, via de consequência, garante-se o elenco de benefícios que ela proporciona.

Em votação o projeto. - Aprovado.

Em votação a emenda. - Aprovada.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 195/85, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI e OUTROS, que objetiva estruturar o Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme específica. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. - Aprovado.

O SR. BÁSILIO ZANUSSO - Sr. Presidente, apenas queria que Vossa Excelência registrasse nos Anais da Casa o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) O Deputado Basílio Zanusso manifesta-se contrário ao projeto e seu pedido será

consignado em Ata.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 333/85, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO, com sede e foro na cidade de Rolândia. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 339/85, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que denomina Escola Estadual JOÃO MARIA CRUZ, Ensino de Primeiro Grau, a atual Escola Estadual Vila Vicentina, Ensino de Primeiro Grau, situada na Vila Marumbi, Uvaranas, em Ponta Grossa. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 40/86, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que declara de utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO JARDIM WEISSÓPOLIS, com sede no Município de Piraquara. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 43/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS AGENTES DE SEGURANÇA DO ESTADO DO PARANÁ, com sede nesta Capital. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 82/86, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná a Sua Santidade o Papa JOÃO PAULO II. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 93/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de utilidade pública a FUNDAÇÃO POMPÍLIO VACCARI, com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 94/86, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que denomina RODOVIA AGOSTINHO DUCCI, a Rodovia PR-218, que liga o Município de São Sebastião da Amoreira, à Rodovia PR-160. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 127/86, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 69/86), que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Paraíso

do Norte, partes das datas n. 01 e 2, da quadra 70, da planta geral da cidade do mesmo nome, com área total de 300,00m<sup>2</sup>, havidas pelo Estado do Paraná, conforme transcrição n. 15.607, do livro 3-M, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paranavaí. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 58/86 (Mensagem n. 78/86, ex-Proposição n. 82/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Termo de Ajuste celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria Especial para Assuntos Comunitários e o Município de QUEDAS DO IGUAÇU, visando a realização do Projeto Hortas Comunitárias. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 59/86 (Mensagem n. 36/86, ex-Proposição n. 52/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Termo Aditivo firmado em 02/12/85, ao Convênio celebrado em 02/10/75, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando a continuidade dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Especial de Planejamento Agrícola. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 60/86 (Mensagem n. 39/86, ex-Proposição n. 55/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Termos de Revigoramento de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Planejamento, com participação da COMEC e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras públicas nos referidos Municípios. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 61/86 (Mensagem n. 83/86, ex-Proposição n. 89/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênio celebrado em 05/05/86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio e a Fundação do Ensino Superior de Pato Branco, objetivando a prestação de assistência técnica para estabelecer o plano de cooperação no sentido de desenvolver programas e projetos da SEIC, na área de abrangência do Núcleo Regional de Pato Branco. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 85/86, de autoria da C.C.J., (Projeto de Lei n. 97/85), que autoriza realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de PITANGA, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de NOVA TEBAS. - Aprovado.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.

113/83, de autoria do Deputado JORGE AMIM MAIA FILHO, que cria o Município de ROSÁRIO, com sede e divisas do atual Distrito Administrativo de Rosário, território desmembrado do Município de Grandes Rios. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 50/85, de autoria do ex-Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de utilidade pública a IGREJA MISSIONÁRIA NOVA JERUSALÉM, com sede nesta Capital. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. -

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva da C.C.J., nos seguintes termos:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 50/85  
EMENDA SUBSTITUTIVA

Art. 1.<sup>o</sup> - Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL NOVA JERUSALÉM, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.<sup>o</sup> - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24/09/86.

(aa) GILBERTO CARVALHO - Presidente

ANTÔNIO BELINATI - Relator.

Apoiamto: EDMAR LUIZ COSTA.

Em votação o Projeto com o Substitutivo. - Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 140/85, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que revoga o parágrafo único do artigo 18, da Lei n. 7567, de 12/01/82, (Regimento de Custas Judiciais do Estado). Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade, e Parecer Contrário da C.F., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 223/85, de autoria do Deputado NILSO SGUARREZI, que denomina Escola de Primeiro Grau Professor RUY VIRMOND MARQUES, a antiga Escola de Primeiro Grau Mahatma Ghandi, situada no Município de Guarapuava. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 291/85, de autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA, que dá nova redação ao Art. 49, da Lei n. 6149, de 09/09/70, modificado pelo Art. 23, da Lei n. 7567, de 08/01/82, mantido seu parágrafo único. (as Tabelas constantes do Anexo desta Lei serão atualizadas semestralmente, a 01/05 e 01/11, na variação nominal das ORTNs, no período,

sendo o valor comunicado por ato do Corregedor da Justiça). Com Parecer Contrário da C.C.J., por unanimidade, e Parecer Favorável da C.F., por unanimidade. -

Sobre o referido projeto, Substitutivo da Comissão de Finanças, nos seguintes termos:

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N. 291/85  
EMENDA SUBSTITUTIVA

Art. 1.º - O art. 49, da Lei n. 6149, de 09/09/70 - modificado pelo art. 23, da Lei n. 7567, de 08/01/82, mantido seu parágrafo único, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 49 - As Tabelas constantes do Anexo desta Lei, serão atualizadas sempre que houver alteração na variação nominal das Obrigações do Tesouro Nacional - OTN, sendo o valor comunicado por ato do Corregedor da Justiça."

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19/08/86.

(aa) ACIR MEZZADRY - Presidente  
AUGUSTO CARNEIRO - Relator

Em discussão o projeto e o substitutivo.

Em votação o Substitutivo Geral. -  
Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 66/86, de autoria do Deputado ACYR MEZZADRY, que declara de utilidade pública a CRECHE MARINHA, com sede e foro na cidade de Campo Largo. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 27/86, de 15/04/86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 66/86

P A R E C E R:

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Acyr Mezzadry, tem por finalidade declarar de utilidade pública a Creche Mariinha, com sede e foro na cidade de Campo Largo.

Encontra-se o processado devidamente instruído, com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria - Lei n. 6994, de 10/01/78, inexistindo, portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo Autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões em 27/08/86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente  
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 67/86, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que declara de utilidade pública a AMAR - ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE ARAUCÁRIA. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 27, de 15/04/86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 67/86

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Paulo Furiatti, objetiva o presente plano de lei declarar de utilidade pública a AMAR - Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária, com sede e foro no Município de Araucária.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela Aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27/08/86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente  
IVAN GUBERT - Relator.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 70/86, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que denomina Rodovia TILDO MAZZARINO, a Estrada PR-182, trecho Santa Izabel do Ivaí a Tapira. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 27/86, de 15/04/86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 70/86

P A R E C E R:

O nobre Deputado Antônio Annibelli, vem apresentar proposição que visa denominar Tildo Mazzarino o trecho Santa Izabel do Ivaí a Tapira, da estrada PR-182.

Analisando o projeto, verificamos tratar-se de matéria que atende plenamente os preceitos legais e constitucionais que regem o assunto.

Assim sendo, a presente iniciativa recebe parecer favorável desta Comissão.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27/08/86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente  
IVAN GUBERT - Relator.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 77/86, de autoria do Deputado FIORI LUIZ, que denomina de Rodovia CARLOS JOÃO STRASS, a estrada que liga Londrina ao Distrito de Warta, conforme especifica.

Curitiba, quarta, em 24.09.86

Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 32/86, de 24/04/86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 77/86

PARECER:

O nobre Deputado Fiori Luiz vem apresentar proposição no sentido de homenagear o saudoso Senhor Carlos João Strass, dando o nome daquele ilustre cidadão à estrada que liga Londrina ao Distrito de Warta.

Verificando não haver óbice legal que impeça a normal tramitação da matéria, e convencidos do acerto da medida pela justificativa que a acompanha, somos favoráveis a sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27.08.86

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

IVAN GUBERT

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 85/86, de autoria do Senhor Deputado PAULO CÉZAR FIATES FURIATTI, que declara de utilidade pública o "CLUBE DE ORATÓRIA DE APUCARANA", com sede e foro em Apucarana. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 33 de 28.04.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 85/86

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Paulo Furiatti, o presente projeto de lei tem por finalidade declarar de utilidade pública a entidade "CLUBE DE ORATÓRIA DE APUCARANA", com sede e foro no Município de Apucarana. Da análise do Projeto, pela justificativa apresentada pelo autor e pela documentação inserida ao mesmo, comprovam o preenchimento pela entidade dos requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Nestas condições, o nosso Parecer é favorável, pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27.08.86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 131/86, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que denomina "RODOVIA PROF. DURVAL RIBEIRO DIAS", a Rodovia que interliga os Municípios de Iretama e de Barbosa Ferraz, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. 59, de 10.06.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 131/86

PARECER:

Através do Projeto de Lei n. 131/86, ora em estudo, procura-se prestar homenagem a um ilustre brasileiro, denominando a rodovia que interliga os Municípios de Iretama e Barbosa Ferraz de "Rodovia Prof. Durval Ribeiro Dias".

Analizando a proposição, constatamos que a mesma está de acordo com a legislação que rege a matéria e, portanto, somos favoráveis à aprovação da mesma.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27.08.86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

IVAN GUBERT

Relator.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - (Pela Ordem). Solicito a minha inscrição para Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Tão logo os requerimentos sejam votados, Vossa Excelência falará em Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Sobre a mesa, requerimento do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando dispensa da Redação Final, para os Projetos aprovados em 3. Discussão e que não sofreram emendas nas suas tramitações. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando seja declarado "persona-non-grata" ao Paraná, o Senhor Ronaldo Caiado, Presidente da União Democrática Ruralista. À C.C.J., para pronunciar-se a respeito.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 70/86, que denomina "Rodovia Tildo Mazzarino" a Estrada PR-182, trecho que liga os Municípios de Santa Isabel do Ivaí a Tapira. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo a criação de Ensino de 2.º Grau, para o Distrito de São Clemente, no Município de Santa Helena. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo a criação de ensino de 2.º grau, para o Distrito de Moreninha, no Município

de Santa Helena. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Educação, visando a criação de uma Escola Técnica Federal, com estrutura similar à do Centro Federal de Educação Tecnológica de Curitiba, no Município de União da Vitória, para servir também a região de Porto União, em Santa Catarina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da SUREHMA, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a perfuração de poço artesiano no Distrito Administrativo de Corumbataí do Sul, Município de Barbosa Ferraz. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando o aumento da cota de medicamentos para o Posto existente no Distrito Administrativo de Vila Yolanda, Município de Ubiratã. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, viabilizando a implantação de posto telefônico, em Melão, Município de Araruna. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do BANESTADO, por intermédio da Secretaria das Finanças, viabilizando a implantação de um posto avançado no Distrito Administrativo de Farol, Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Cultura e Esporte, encarecendo a destinação de uma fanfarra para o Colégio Estadual "José Alfredo de Almeida", do Município de Mariluz. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ishamo Okamoto. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

#### Explicações Pessoais:

O SR.PRESIDENTE (Nelson Buffara)- Em Explicações Pessoais, concedo a palavra

ao Senhor Deputado Márcio Almeida, inscrito.

O SR.MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente, trinta segundos, porque, inclusive, estamos habituados, no horário gratuito da televisão, a falar só trinta segundos. Então, somente para enfatizar que esse requerimento, projeto de resolução que nós solicitamos, que tenha apreciação rápida pela Comissão de Constituição e Justiça, porque o Senhor Doutor Ronaldo Caiado estará em Cambé nesta 6. feira, instalando a U.D.R. no Norte do Paraná.

O Prefeito de Cambé, numa viagem agora cedo, e eu já sugeri a ele que decreto luto por um dia naquele município. Cidade progressista, povo trabalhador que tem compromisso com a reforma agrária, não pode admitir, mas, tudo bem, não queremos cercear a liberdade de organizar a U.D.R.. Que organizem a U.D.R., mas sem passar com o nosso protesto e o nosso repúdio.

Muito obrigado.

O SR.PRESIDENTE (Nelson Buffara)- A Mesa fará todo o empenho para atender Vossa Excelência.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 25, às 10:00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

4.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 203/86.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 113/83, 50/85, 140/85, 223/85, 291/85.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 66/86, 67/86, 70/86, 77/86, 85/86, 131/86.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 78/86 e dos projetos de Lei 125/86, 133/86, 157/86 e dos Projetos de Resolução n. 60/85, 114/85.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária para logo após, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n. 383/84, 146/85, 280/85, 304/85, 308/85, 108/86, 158/86 e dos Projetos de Resolução n. 47/86, 48/86, 49/86, 50/86 e 51/86.

Levanta-se a sessão.

COMISSÃO DE AGRICULTURA  
DÉCIMA SESSÃO LEGISLATIVA

QUARTA LEGISLATURA  
ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA



Aos quinze (15) dias do mês de agosto de hum mil novecentos e oitenta e seis, reuniu-se sob a presidência do Deputado Eduardo Baggio, a Comissão de Agricultura. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que foi relatado o Projeto de Lei n. 52/86, de autoria do Poder Executivo, Mensagem Governamental n. 44/86, que objetiva introduzir alterações na Lei n. 7827, de 29/12/83, que dispõe sobre a distribuição e comercialização, no Estado do Paraná, de produtos agrotóxicos e outros biocidas. Relator Deputado Orlando Pessuti. Parecer Favorável, com Emenda de Plenário, do próprio Relator. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos da presente ata, que depois de lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Rubens Bremer, Secretário, para que produza os efeitos legais.

(aa) EDUARDO BAGGIO - Presidente  
Rubens Bremer - Secretário

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA  
DÉCIMA LEGISLATURA  
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e sete dias do mês de agosto de hum mil novecentos e oitenta e seis, às quinze horas, na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado, sob a Presidência do Sr. Deputado Péricles Pacheco, conforme Regimento Interno, reuniram-se os seguintes Srs. Deputados: Acyr Mezzadri, Hermas Brandão, Caíto Quintana, Odeni Mongruel, representantes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro; Basílio Zanusso, Péricles Pacheco, representantes do Partido da Frente Liberal, e Fuad Nacli, representante do Partido Trabalhista Brasileiro, membros da Comissão de Tomada de Contas, com o objetivo de instalar e eleger o Presidente e Vice-Presidente. Procedida a votação, foram eleitos por unanimidade o Sr. Deputado Caíto Quintana e Fuad Nacli, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. A seguir o Sr. Presidente Péricles Pacheco convidou o Sr. Deputado Caíto Quintana para assumir a Presidência. Usou a palavra o Presidente eleito, externando agradecimentos aos nobres Pares, e indicando o funcionário Gilberto Lamparelli Silva, para Secretário desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou por encerrados os trabalhos, dos quais para constar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente, demais membros e por mim, Gilberto L. Silva, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente  
FUAD NACLI - Relator  
Gilberto L. Silva - Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
10.ª LEGISLATURA - 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 7.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de agosto de hum mil novecentos e oitenta e seis, na Sala das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Gernote Kirinus, Edmar Luiz Costa, Ivan Gubert, Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Djalma de Almeida César, Odeni Mongruel, Caíto Quintana. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Resolução n.181/84, de autoria do Deputado Nilso Sguarezi e outros que dispõe sobre obrigatoriedade em fazer constar o nome dos Senhores Deputados autores, nos autógrafos dos Projetos de Lei aprovados e encaminhados ao Poder Executivo. Relator: Deputado Edmar L. Costa. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO com Emenda. 02) Projeto de Lei n.144/86, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Relatora: Deputada Amélia Hruschka. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 03) Projeto de Lei n.143/86, de autoria dos Deputados Nilso Sguarezi e Antônio Annibelli. Relator Deputado Fuad Nacli. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 04) Projeto de Lei n.333/85, de autoria do Deputado Homero Oguido. Relatora: Deputada Amélia Hruschka. Parecer: FAVORÁVEL. APROVADO. 05) Projeto de Lei n.50/85, de autoria do ex-Deputado Roberto Requião. Relator: Deputado Antônio Belinati. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO c/ Emenda Substitutiva. 06) Projeto de Lei n.184/86, de autoria do Deputado Nilso Sguarezi. Relator: Deputado Gilberto Carvalho. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 07) Projeto de Lei n.167/85, de autoria do Deputado Anibal Khury, que acresce o § 3.º, do Art.171, da Lei n.6174, de 16/11/70, conforme especifica (o mês de referência que servirá para base de cálculo dos acréscimos referidos neste Art. e no precedente corresponderá àquele imediatamente anterior ao que ocorrer a implantação do pagamento). Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 08) Projeto de Lei n.283/85, de autoria do Deputado Nelson Buffara e outros. O Deputado Edmar Luiz Costa pede vistas. Deferido. 09) Projeto de Lei n.246/85, de autoria do Deputado Airton Cordeiro. O Deputado Edmar Luiz Costa pede vistas. Deferido. 10) Projeto de Lei n.146/86, de autoria do Deputado Paulo Fu-

riatti. Relatora Deputada Amélia Hruschka. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 11) Projeto de Lei n.123/85, de autoria do Deputado Ivan Gubert. Relator: Deputado Djalma de A. César. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO c/ Emenda. 12) Projeto de Lei n.223/85 de autoria do Deputado Nilso Squarezzi. Relator: Deputado Djalma de Almeida César. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 13) Projeto de Lei n.66/86, de autoria do Deputado Acir Mezadri. Relator: Deputado Djalma de Almeida César. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 14) Projeto de Lei n. 146/85, de autoria do Deputado Ferrari Júnior. Relator: Deputado Antônio Belinati. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO c/ Emenda Substitutiva. 15) Projeto de Lei n.106/86, de autoria do Deputado Antônio Belinati. Relator: Deputado Djalma de Almeida César. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 16) Projeto de Lei n.07/85, de autoria do Deputado Mário Pereira. Relator: Deputado Djalma de A. César. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 17) Projeto de Lei n.147/86, de autoria do Deputado Paulo Furiatti. Relator Deputado: Gernote Kirinus. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 18) Projeto de Lei Complementar n.329/85, de autoria do Deputado Rubens Bueno. Relator: Deputado Tadeu L. Machado. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 19) Projeto de Lei n.129/86, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator: Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 20) Projeto de Lei n.140/86, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator: Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 21) Projeto de Lei n.161/86, de autoria dos Deputados Anibal Khury e Nelson Vasconcellos. Relator: Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 22) Projeto de Lei n.85/86, de autoria do Deputado Paulo Furiatti. Relator: Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 23) Projeto de Lei n.113/83 (Projeto de Lei n.73/85 anexado a este), de autoria do Deputado Jorge Amim Maia Filho. Relator: Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 24) Projeto de Lei n.55/86, de autoria do Deputado Tadeu Lúcio Machado. Relator: Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 25) Projeto de Lei n.163/86, de autoria do Deputado Tadeu Lúcio Machado. Relator: Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 26) Projeto de Lei n.127/86, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.69/86. Relator: Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 27) Projeto de Lei n.125/86, de autoria do Deputado Francisco Escorsin. Relator: Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 28) Projeto de Lei n.151/86, de autoria do Deputado Rubens Bueno. Relator: Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer CONTRÁRIO. REJEITADO. 29) Projeto de Lei n.77/86, de autoria do

Deputado Fiori Luiz. Relator: Deputado Ivan Gubert. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 30) Projeto de Lei n. 272/84, de autoria do Deputado Erondy Silvério. Relator: Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 31) Projto de Lei n.133/86, de autoria do Deputado Edmar Luiz Costa. Relator: Deputado Gernote Kirinus. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 32) Projeto de Lei n.383/84, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Relator: Deputado Trajano Bastos. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 33) Projeto de Lei n.56/86, de autoria do Deputado Rubens Bueno. Relator: Deputado Gernote Kirinus. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 34) Projeto de Lei n.43/86, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator: Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 35) Projeto de Lei n.101/86, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.58/86. Relator: Deputado Ivan Gubert. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 36) Projeto de Lei n.304/85, de autoria do Deputado Antônio Annibelli e outros. Relator: Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO c/ Emenda Substitutiva. 37) Projeto de Lei n.40/86, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato. Relator: Deputado Ivan Gubert. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 38) Projeto de Lei n.131/86, de autoria do Deputado Rubens Bueno. Relator: Deputado Ivan Gubert. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 39) Projeto de Lei Complementar n.316/85, de autoria dos Deputados Djalma de A. César, Anibal Khury e outros. Relator: Deputado Ivan Gubert. Parecer CONTRÁRIO. REJEITADO. 40) Projeto de Lei n.67/86, de autoria do Deputado Paulo César Furiatti. Relator: Deputado Ivan Gubert. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 41) Projeto de Lei n.70/86, de autoria do Deputado Antônio Annibelli. Relator: Deputado Ivan Gubert. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 42) Projeto de Lei n.71/86, de autoria do Deputado Jorge Maia Filho. Relator: Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer CONTRÁRIO. REJEITADO. 43) Projeto de Lei n.153/86, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 44) Projeto de Lei n.195/85, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Relator: Deputado Ivan Gubert. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 45) Projeto de Lei Complementar n.78/86, de autoria do Deputado Nestor Baptista. Relator: Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 46) Proposição n.81/86, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.76/86, Relatora: Deputada Amélia Hruschka. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 47) Proposição n.96/86, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.87/86. Relator: Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO com Projeto de Resolução. 48) Proposição Veto n.86/86, de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL/131/86, que

veta o Projeto de Lei n.175/84, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que atribui à funcionária estadual que adotar menor, os mesmos benefícios outorgados à funcionária gestante. Relator: Deputado Ivan Gubert. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO pela apreciação em Plenário. 49) Proposição Veto Parcial n.95/86 de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL/154/86, que veta parcialmente o Projeto de Lei n.132/86, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.73/86 - objetivando alterar dispositivos da Lei n.7.051, de 04/12/78. Relator: Deputado Ivan Gubert. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO pela apreciação em Plenário. 50) Projetos de Lei n.134/86, de autoria do Deputado Márcio Almeida. Relator: Deputado Antônio Belinati, requer seja transformado em Diligência junto à Secretaria da Saúde e Bem Estar Social. DEFERIDO. 51) Projeto de Lei n.107/86, de autoria do Deputado Rubens Bueno. Relator: DEPUTADO Antônio Belinati, requer seja transformado em Diligência junto à Secretaria da Agricultura. DEFERIDO. 52) Projeto de Lei n.123/86, de autoria do Deputado Edilson Alencar. Relator: Deputado Djalma de A. César, requer seja transformado em Diligência junto ao I.B.G.E. DEFERIDO. 53) Projeto de Lei n.162/86, de autoria do Deputado Nestor Baptista. Relator: Deputado Edmar Luiz Costa, requer seja transformado em Diligência junto à Secretaria de Segurança Pública. DEFERIDO. 54) Projeto de Lei n.193/85, de autoria do Deputado Homero Oguido. Relator: Deputado Hermas Brandão, requer seja transformado em Diligência junto ao autor. DEFERIDO. 55) Projeto de Lei n.265/85, de autoria do Deputado Rubens Bueno. Relator: Deputado Hermas Brandão, requer seja transformado em Diligência junto ao autor. DEFERIDO. 56) Projeto de Lei n.130/86, de autoria do Deputado Osvaldo Alencar Furtado. Relator: Deputado Antônio Belinati, requer seja transformado em Diligência junto ao autor. DEFERIDO. 57) Projeto de Lei n.118/86, de autoria do Deputado Djalma de A. César. Relator: Deputado Edmar Luiz Costa, requer seja transformado em Diligência junto ao autor. DEFERIDO. 58) Projeto de Lei n.103/86, de autoria do Deputado Sabino Campos. Relator: Deputado Fuad Nacli, requer seja transformado em Diligência junto ao autor. DEFERIDO. 59) Projeto de Lei n.155/86, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relatora: Deputada Amélia Hruschka, requer seja transformado em Diligência junto ao autor. DEFERIDO. 60) Projeto de Lei n.224/85, de autoria do Deputado Péricles Pacheco. Relator: Deputado Hermas Brandão, requer seja transformado em Diligência junto à Secretaria das Finanças. DEFERIDO. 61) Projeto de Lei n.63/86, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator: Deputado

Hermas Brandão, requer seja transformado em Diligência junto à Secretaria de Segurança Pública. DEFERIDO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim Lúcia Maria Veiga Segall, Secretária da Comissão.

Deputado GILBERTO CARVALHO

Presidente

LÚCIA MARIA DA VEIGA SEGALL

Secretária

e assinaturas ilegíveis.

10.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 8.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de setembro de hum mil novecentos e oitenta e seis, na Sala das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Amélia Hruschka, Ivan Gubert, Acir Mezzadri, Gilberto Carvalho, Djalma de Almeida César e Antônio Belinati. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n.339/85, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César. Relator: Deputado Fuad Nacli. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 02) Projeto de Lei n.328/85, de autoria do Deputado Mário Pereira. Relator: Deputado Djalma de A. César. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 03) Projeto de Lei n.160/86, de autoria do Deputado Odeni Mongruel e outros. Relator: Deputado Fuad Nacli. Parecer: CONTRÁRIO. REJEITADO. 04) Projeto de Lei n.178/86, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.93/86. Relator: Deputado Gernote Kirinus. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 05) Proposição n.40/86 de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.19/86. Relatora: Deputada Amélia Hruschka. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 06) Projeto de Lei n.149/86, de autoria do Deputado Artagão de Mattos Leão. Relator: Deputado Rubens Bueno, requer seja transformado em Diligência junto ao autor. DEFERIDO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim Lúcia Maria da Veiga Segall, Secretária da Comissão.

Deputado TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

LÚCIA MARIA DA VEIGA SEGALL

Secretária